

O papel da medicina veterinária na conservação da biodiversidade.



Paulo Magalhães Bressan

Nascimento: 26.06.1944. Médico Veterinário graduado pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, 1970. Pós-graduado em Saúde Pública Veterinária pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1979. Durante sua vida profissional, trabalhou nas seguintes instituições: Fazenda Haras Mondesir; Dow Chemical do Brasil; Eaton/Paraquímica S.A.; Laboratórios Andrômaco S.A.; Prefeitura do Município de São Paulo; Governo do Estado de São Paulo. Cargos ocupados: Diretor de Divisão no Departamento de Vigilância Sanitária de Alimentos da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo (1978-1981); Assessor Técnico de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (1982-1985); Diretor do Departamento de Controle de Zoonoses da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo (1986-1994); Secretário Adjunto da Secretaria de Administração e Modernização do Estado de São Paulo (1995-2000); Diretoria de Administração da Fundação Pró-Sangue de São Paulo - Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (2000-2001); Diretor Presidente da Fundação Parque Zoológico de São Paulo - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2001-2004); Subprefeito da Lapa - Prefeitura do Município de São Paulo (2005-2007); Diretor Presidente da Fundação Parque Zoológico de São Paulo - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2007-).

Na medida em que as questões ambientais ganham relevância para a sociedade, assumem status de lei e passam a integrar as políticas públicas, no campo da conservação da biodiversidade, que hoje é um setor em franca expansão, começam a surgir boas e novas oportunidades de trabalho. O problema, segundo especialistas, é a escassez de profissionais qualificados para atuar a campo em projetos de conservação da fauna silvestre, em particular aqueles com formação em medicina veterinária.

Reportagem de Maria A. Medeiros.

Para falar sobre o assunto, a Academia Paulista de Medicina Veterinária convidou o diretor-presidente da Fundação Parque Zoológico de São Paulo (FPZSP), o veterinário Paulo Magalhães Bressan. Nesta entrevista, ele fala sobre o papel do médico veterinário ambientalista, as perspectivas no mercado de trabalho e a necessidade de se estabelecerem programas bem estruturados de formação acadêmica para esses profissionais.

APAMVET: Muitas pessoas ainda não conhecem o trabalho da Fundação na área da conservação da fauna silvestre. O sr. poderia falar um pouco sobre o assunto?

PAULO BRESSAN: A conservação é uma das competências previstas no Estatuto da Fundação. Portanto, desde a sua criação, em 1958, já estava claro que a Fundação não seria ape-



nas um parque com animais silvestres aberto à visitação. Entre as suas atribuições, estava prevista a criação de uma estação de pesquisa biológica voltada para a fauna nativa na sua área de implantação, isto é, dentro de um fragmento de Mata Atlântica. Naquela época, há mais de 50 anos, isso não refletia a visão da sociedade, mas o tempo passou e as pessoas co-

meçaram a perceber o quanto estavam comprometendo a própria sobrevivência não se preocupando com o ambiente. Quando assumimos a direção da Fundação, em 2001, nossa equipe – que foi a primeira diretoria executiva formada por veterinários – começou a discutir o papel da Fundação a longo prazo, como instituição que deveria participar dos processos de conservação da fauna. Essa discussão evoluiu internamente e nos levou à conclusão de que, sendo uma instituição vinculada à Secretaria de Esporte e Turismo, dificilmente a Fundação avançaria nesse objetivo. Foi então que surgiu a proposta de mudança para a Secretaria de Meio Ambiente, o que se efetivou em 2004. Essa nova situação nos deixou mais confortáveis para discutir dentro do governo a questão da conservação da fauna no Estado de São Paulo e propor políticas públicas nessa direção. Hoje a FPZSP participa ativamente da política ambiental do Estado, sendo responsável pelo projeto Fauna Silvestre da Secretaria de Meio Ambiente, que visa normatizar a proteção da fauna silvestre, instalar locais de recebimento de animais silvestres capturados e combater o comércio ilegal de animais.

APAMVET: Na mídia fala-se muito em conservação das florestas, mas pouco na conservação da fauna silvestre. Como o sr. vê essa questão?

P. B.: No debate político que se instalou no país e é notícia do cotidiano na mídia, a mata, isto é, a vegetação, aparece como referência da questão ambiental. Então nós perguntamos: será que as matas existiriam sem a fauna? Certamente não, porque os animais têm um papel essencial na manutenção das florestas, participando de vários processos como a polinização, a disseminação de

sementes etc. Portanto, uma floresta sem animais é uma floresta morta. Mas essa discussão já está tomando vulto e vemos que a imprensa e a sociedade já começam a olhar a fauna como parte essencial dos ecossistemas.

APAMVET: Estamos avançando de fato na proteção da fauna?

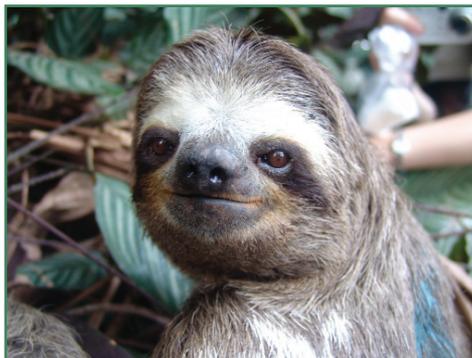
P. B.: Sim, só para citar um exemplo, no Estado de São Paulo a política ambiental está se consolidando e, a exemplo do que já acontece na Secretaria de Estado de Meio ambiente, que mantém uma equipe especializada na gerência de fauna, em muitos municípios estão sendo criadas secretarias ou departamentos de proteção ambiental, incluindo aí a questão da fauna local.

APAMVET: Que dificuldades ou desafios o sr. vê neste momento?

P. B.: Em relação à conservação da fauna, uma das dificuldades que percebemos hoje é a falta de profissionais qualificados para o trabalho de campo. Nós temos biólogos e alguns veterinários com experiência na fauna silvestre mantida em cativeiro, como os que trabalham aqui no Zoológico, mas existem pouquíssimos veterinários ambientalistas, que são os profissionais treinados para atuar com a fauna de vida livre. O problema é que no Brasil ainda não existe um programa específico para a formação desses profissionais. Nós entendemos que, assim como as universidades preparam seus alunos para cuidar dos animais de companhia ou dos rebanhos de valor econômico, elas devem começar a oferecer qualificação específica na área ambiental. Essa necessidade já começa a ser reconhecida e eu acredito que este seja um momento de virada, de mudança.

APAMVET: Qual é o papel da medicina veterinária na conservação da fauna silvestre?

P. B.: Isso já foi tema de vários encontros e congressos aqui na Fundação, porque nós identificamos que esses profissionais fazem muita falta nos programas de conservação in situ. O Brasil tem uma diversidade faunística muito grande, mas ainda pouco conhecida do ponto de vista da medicina veterinária. Carecemos de pesquisas nessa área, assim como de profissionais



capazes de avaliar o estado sanitário de certas populações, em especial as que se encontram em risco de extinção ou que estejam sendo afetadas pelas atividades humanas, e orientar a tomada de decisões. Para ser realmente efetivas, as ações de conservação têm de levar em conta os vários aspectos ambientais envolvidos, e isso requer uma equipe multidisciplinar, capaz de agregar conheci-

mento de diversas áreas, como a botânica, a zoologia, a ecologia e também a medicina veterinária.

APAMVET: Quais seriam os principais campos de trabalho para esses profissionais?

P. B.: O leque de possibilidades é muito grande. No setor de empreendimentos, podemos citar como exemplo a obra do Rodoanel, no Estado de São Paulo. A construção desse sistema viário deve levar 20 anos, e ainda temos pelo menos 10 anos pela frente. Em torno dele, diversas outras obras terão de ser realizadas para completar os acessos aos municípios abrangidos no projeto, todos grandes empreendimentos que afetam diretamente a condição de equilíbrio ambiental, tanto do ponto de vista da vegetação como do ponto de vista da fauna que habita essas regiões. O que fazer com essa fauna? Em primeiro lugar, faz-se um levantamento faunístico dessas áreas para então decidir se os animais serão capturados e transportados para outro local. Aqui, o papel do biólogo é claro – ele faz a avaliação das espécies, identifica as espécies, faz o manejo, mas não está em sua competência atestar as condições sanitárias dessa fauna e decidir se esses animais podem ser transportados com segurança. Quando são capturados, os animais precisam receber atendimento e acompanhamento veterinário durante todo o processo de realocação.

Outros exemplos são as grandes barragens, que geralmente envolvem a captura de um grande número de animais, os empreendimentos imobiliários e industriais, como as usinas sucroalcooleiras e outros. Todas essas obras precisam também de licenciamento ambiental, o que exige a elaboração de um laudo de fauna com informações veterinárias.

APAMVET: Se faltam veterinários nesses projetos, devemos presumir que os laudos de hoje sejam deficientes ou incompletos?

P. B.: Sim. Hoje os laudos técnicos são muito completos no que diz respeito à vegetação, mas, com relação à fauna, eles pecam pela deficiência de informações. Os próprios empreendedores não dão muita importância para a questão da fauna porque eles sabem que do outro lado, nos órgãos fiscalizadores, também não existem profissionais em condições de avaliar corretamente esse laudo. Então, o próprio empreendedor não se preocupa muito, apesar de isso ser uma exigência legal. É claro que os biólogos fazem uma boa avaliação dentro da competência deles, mas na competência do veterinário não há quem faça. Dificilmente se encontra um laudo com acompanhamento de um veterinário, nem do lado do empreendedor, nem do lado



do órgão fiscalizador. Veja que só aí existe demanda para dois profissionais em um único projeto.

APAMVET: E quanto aos programas de conservação?

P. B.: É possível quase contar nos dedos das mãos os veterinários que atuam a campo prestando serviços e assessoria para as entidades conservacionistas. A de-

manda existe e a tendência é que aumente rapidamente. Nós já sentimos isso aqui na Fundação. Frequentemente somos chamados a participar de projetos e muitas vezes temos que recusar porque não temos capacidade operativa para tanto. Também temos feito um grande esforço para auxiliar o governo na sua política pública de gestão da fauna silvestre do Estado, mas às vezes não temos condições de atender a essa demanda. Outro campo em aberto são as Prefeituras do interior paulista, que certamente vão precisar de técnicos em sua estrutura organizacional para atender à legislação ambiental, sob pena de perder parte dos recursos a que têm direito. Essa é uma demanda que está aí, e é importante que os profissionais sejam treinados para isso.

APAMVET: Pode-se dizer então que esta é uma área bastante promissora.

P. B.: Sem dúvida. O mercado está absolutamente aberto, não há concorrência e os profissionais são bastante valorizados. Para se ter uma ideia, existe uma única profissional especialista em tamanduás, que é uma espécie nativa em risco de extinção e, portanto, alvo de grande interesse para a conservação. Essa veterinária, que é a dra. Flávia Miranda, hoje é respeitadíssima e muito requisitada no mundo inteiro. Não existe outra. Então, as perspectivas são muito boas, desde que o profissional perceba o seu real valor, pois ele é um elemento que está faltando no processo e ele é essencial a esse processo.

APAMVET: E quanto à questão da qualificação?

P. B.: Em primeiro lugar, é importante que as academias desenvolvam programas dentro de suas competências nas universidades para a formação desses profissionais. É a academia que tem competência para produzir programas bem estruturados. Do contrário, corremos o risco de se estabelecerem fora delas programas de conteúdo duvidoso. Enquanto isso não ocorre, a alternativa para os interessados é buscar formação em instituições do terceiro setor voltadas para a conservação. Sabemos que o nosso profissional veterinário tem grande capacidade de aprendizado quando colocado à prova no campo. Então, é uma questão de treinamento, porque ele já tem uma base teórica que lhe permite evoluir e ser reconhecido no mercado de trabalho.